

Aydano Roriz

NOVA
EDIÇÃO
REVISTA
PELO
AUTOR



O FUNDADOR

ROMANCE HISTÓRICO

Venturas e desventuras de Tomé de Sousa,
Caramuru e Garcia d'Ávila para fundar, na
Bahia, a primeira capital do Brasil



O FUNDADOR

Aydano Roriz

Copyright © Aydano Roriz, 2003, 2004, 2011
TODOS OS DIREITOS RESERVADOS PARA

Editora Europa



Diretor Executivo Luiz Siqueira
Diretor Editorial Roberto Araújo

Revisão de Texto Cátia de Almeida
Edição de Arte, Capa e Mapas Jeff Silva
Ilustração da capa Roque Gameiro (1864-1935)
Ilustração da página 5 *Chegada de Tomé de Sousa à Bahia*. Biblioteca Municipal de São Paulo. Autor desconhecido
Ilustração das aberturas de capítulo iStockphoto. Isabel da Silva Azevedo Drouyer

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Roriz, Aydano
O fundador : venturas e desventuras de Tomé de Sousa, Caramuru e Garcia d'Ávila para fundar, na Bahia, a primeira capital do Brasil / Aydano Roriz. -- São Paulo : Editora Europa, 2011.

ISBN 978-85-7960-085-2

1. Ficção brasileira I. Título.

11-04731

CDD-869.93

Índices para catálogo sistemático:

1. Ficção : Literatura brasileira 869.93

Atendimento ao Leitor Fabiana Lopes – fabiana@europ Janet.com.br
Livrarias Flávia Pinheiro – flaviapinheiro@europ Janet.com.br
Promoção Aida Lima – aida@europ Janet.com.br

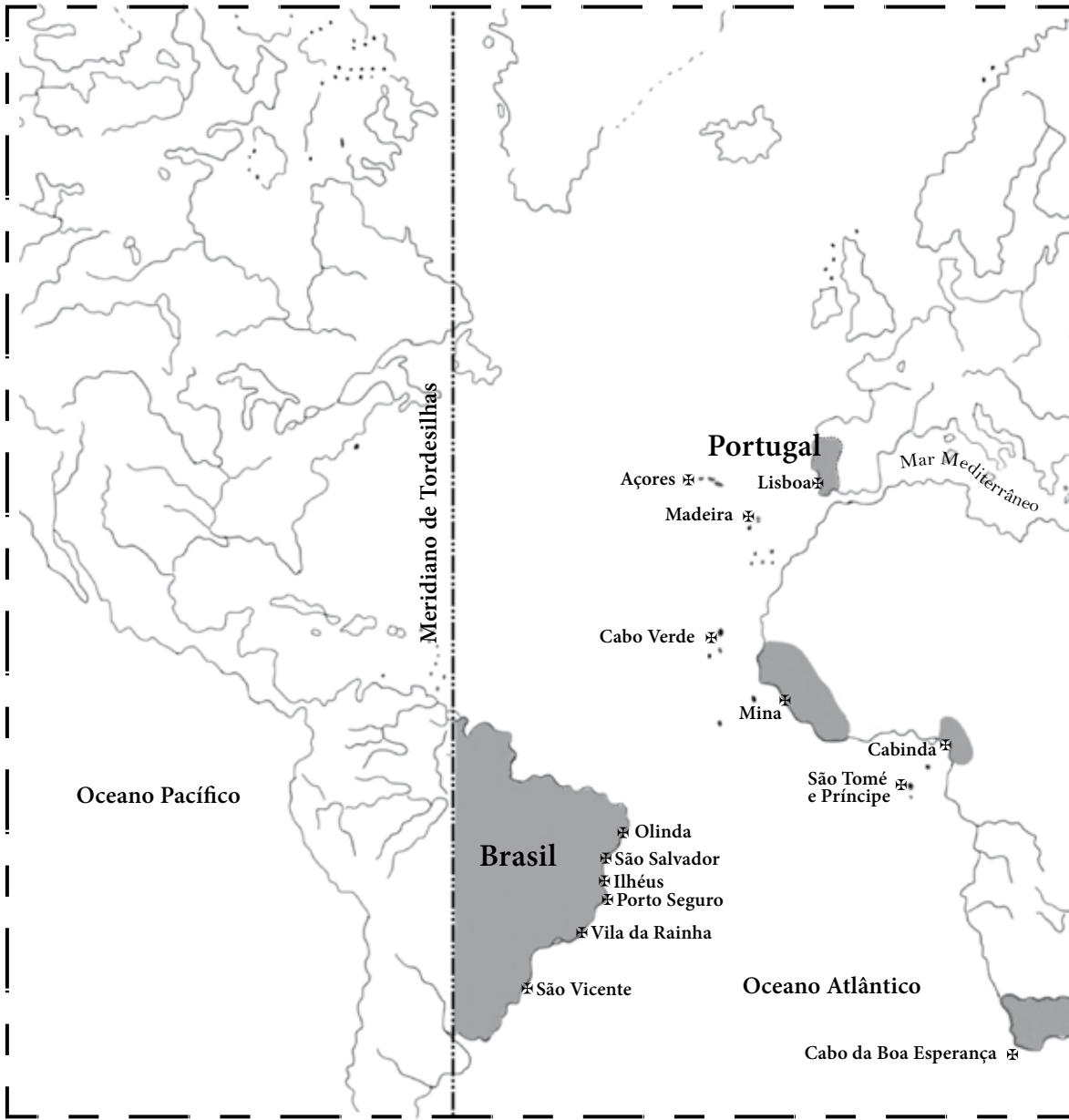


Índice

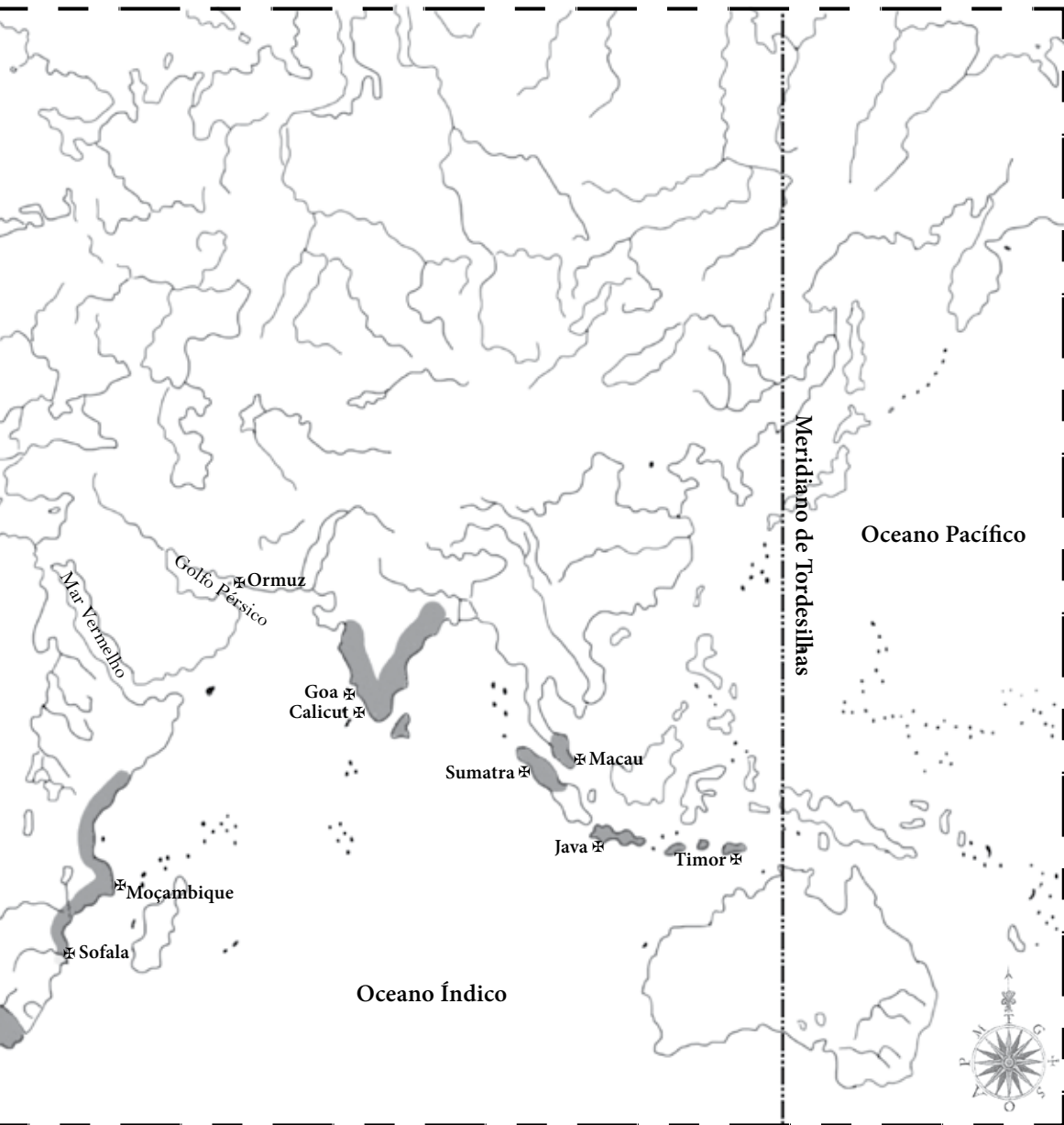
Prólogo	Para entender a história.....	11
Capítulo 1	Emprego para os parentes	13
Capítulo 2	Imprevisível destino	25
Capítulo 3	Adeus à Pátria	29
Capítulo 4	Encontro na África.....	33
Capítulo 5	Terras do Brasil.....	41
Capítulo 6	Cada terra com seus usos.....	45
Capítulo 7	Capitania da Bahia	51
Capítulo 8	Presente do chefe.....	59
Capítulo 9	O dia seguinte	63
Capítulo 10	Provérbio das Árabias.....	71
Capítulo 11	Férias no paraíso	77
Capítulo 12	Rio Vermelho.....	81
Capítulo 13	Lagoa do camarão	89
Capítulo 14	Encrenca das grossas	95
Capítulo 15	A grande desfeita.....	99
Capítulo 16	O melhor conselheiro	105
Capítulo 17	Hora de decisão	109
Capítulo 18	Palavras que movem moinhos.....	113
Capítulo 19	Casamento de mentira	121
Capítulo 20	Pecado no paraíso	127
Capítulo 21	Escravos para o bem do Brasil.....	133
Capítulo 22	Debite-se ao rei.....	139
Capítulo 23	El-rei banca tudo.....	143
Capítulo 24	Ménage à trois.....	149
Capítulo 25	Santa Inquisição	153
Capítulo 26	A capital do Brasil	157

Capítulo 27	Ordem de Cristo.....	163
Capítulo 28	Bem-vindo ao Brasil	169
Capítulo 29	Açúcar da Bahia	175
Capítulo 30	Tambererê amby.....	181
Capítulo 31	Melhorias para as gentes	189
Capítulo 32	Escravos para a Igreja	197
Capítulo 33	Branca para casar, negra... ..	203
Capítulo 34	Pretos da Mina.....	209
Capítulo 35	Contrabando de raparigas.....	217
Capítulo 36	Judeu não assiste missa.....	225
Capítulo 37	A relíquia sagrada	231
Capítulo 38	Desagradável surpresa.....	235
Capítulo 39	Novidades mexem com as pessoas	239
Capítulo 39	Sardinha é peixe	243
Capítulo 41	Nada de sexo	249
Capítulo 42	Dúvida atroz	253
Capítulo 43	O senhor bispo	259
Capítulo 44	Hóspede inconveniente.....	265
Capítulo 45	Enterro na Bahia	269
Capítulo 46	São Jorge dos Ilhéus.....	275
Capítulo 47	Morro do Conselho	281
Capítulo 48	Porto Seguro	287
Capítulo 49	A dama do rio.....	295
Capítulo 50	Espírito Santo.....	299
Capítulo 51	Gozo do Reverendíssimo	305
Capítulo 52	O novo lar.....	311
Capítulo 53	Porto dos Escravos.....	317
Capítulo 54	Mulher nova.....	325
Capítulo 55	Paranapiacaba.....	331
Capítulo 56	Moça donzela dá trabalho.....	335
Capítulo 57	Santo André	339
Capítulo 58	Piratininga.....	343
Capítulo 59	Lua de mel.....	351
Capítulo 60	Grandes novidades.....	353
Capítulo 61	A vocação de Jurucê.....	359
Capítulo 62	Que dia!	365
Capítulo 63	Dia de graça	369
Posfácio	Fim da história	375
Bibliografia	379





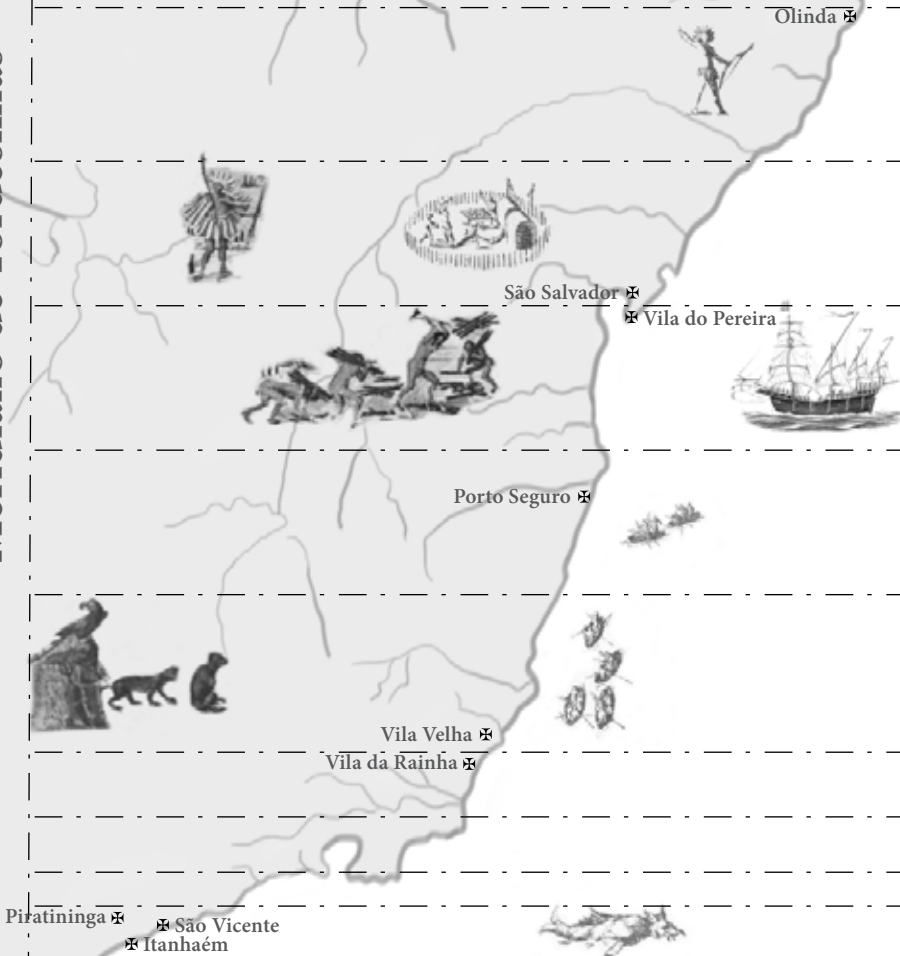
O Império Português no Século XVI



 Domínios Portugueses



Meridiano de Tordesilhas



Distribuição das Capitanias Hereditárias do Brasil

Capitania de João de Barros e Aires da Cunha (Maranhão - 1º Quinhão)

Capitania de Fernando Álvares de Andrade (Maranhão)

Capitania de António Cardoso de Barros (Ceará)

Capitania de João de Barros e Aires da Cunha (2º Quinhão)

Capitania de Pêro Lopes de Sousa (Itamaracá – 2º Quinhão)

Capitania de Duarte Coelho (Pernambuco)

Capitania de Francisco Pereira Coutinho (Bahia)

Capitania de Jorge de Figueiredo (Ilhéus)

Capitania de Pêro de Campos Tourinho (Porto Seguro)

Capitania de Vasco Fernandes Coutinho (Espírito Santo)

Capitania de Pêro de Góis (São Tomé)

Capitania de Martim Afonso de Sousa (Rio de Janeiro – 2º Quinhão)

Capitania de Pêro Lopes de Sousa (Santo Amaro – 1º Quinhão)

Capitania de Martim Afonso de Sousa (São Vicente – 1º Quinhão)

Capitania de Pêro Lopes de Sousa (Sant'Ana – 2º Quinhão)



Prólogo Para entender a história

Não estava se mostrando fácil, para os reis de Portugal, fazer valer a posse das terras que haviam mandado descobrir no Atlântico Sul em 1500. Com a abertura do caminho marítimo para as Índias, eram bem poucos os súditos da Casa de Avis¹, ao menos súditos de escol, dispostos a trocarem o sonho de riqueza fácil no Oriente, pelo desbravamento de longitudes selvagens.

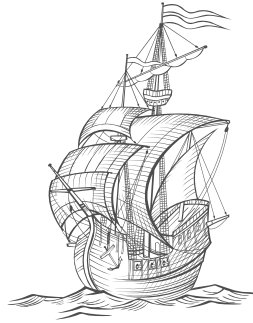
Mas, nem por isso, a Coroa deixara de mandar para a nova província expedições esporádicas, que preparavam cartas de navegação e portulanos, nos quais desenhavam o contorno da costa e batizavam ilhas, rios, cabos, baías e outros acidentes geográficos. Mesmo assim, por quase meio século, o Brasil era tido apenas como uma possessão a mais. Uma, no vasto colar de territórios que a Coroa de Portugal conquistara em três continentes, nos mais de setenta anos de insistentes tentativas, para descobrir uma rota marítima que permitisse o acesso português ao comércio de produtos exóticos da Ásia – tais como sedas, brocados, marfins e especiarias –, de alto valor na Europa.

1-Segunda dinastia a reinar em Portugal, a partir de 1385, em substituição à dinastia de Borgonha.

Em todo o caso, não queriam perder as *Terras de Santa Cruz*. Até porque, embora ouro e prata não houvessem sido encontrados, concluíram que podiam levar daquela nova província valiosas peles de onça-pintada, aves de plumagem colorida e muita madeira nobre. Especialmente uma que, depois de triturada, misturada com água e fermentada, resultava num corante avermelhado muito bem-aceito nas tecelagens da Flandres².

Difícil era manter em segredo a origem daqueles artigos. E da boca de um marinheiro para outro, de uma taverna a outra, de um porto a outro, a notícia foi se espalhando. Espalhando-se e atraindo para o Brasil contrabandistas portugueses e espanhóis, navios corsários e os chamados entrelopos – mercadores aventureiros franceses, que não tinham escrúpulo em afrontar o monopólio português assegurado pelo Papa.

2-Região norte da atual Bélgica, onde se fala um dialeto holandês chamado flamengo. Suas principais cidades, Bruxelas e Antuérpia, eram consideradas, à época, uma das mais ricas da Europa.



Capítulo 1

Emprego para os parentes

A primavera seguia para o fim, encalorada. Em meio a pipios e ao alegre alvoroço das gaiivotas, um barco pesqueiro preparava-se para atracar ao cais da Ribeira, bem aos pés do palácio. Num salão do segundo piso, com janelas abertas para a imensidão prateada do Rio Tejo, o Conselho Real estava reunido. O mês era maio. O ano, 1548.

Sentado à cabeceira da comprida mesa de carvalho, com a sua cara de monge e a expressão beata que lhe valera a alcunha de *o Piedoso*, o rei de Portugal afagou a volumosa barba negra e indagou com voz de confessorário:

– E quanto a tu, ó Castanheira?

António de Ataíde, o conde de Castanheira, despertou do torpor e empertigou-se. A longa explanação do conde de Vimioso sobre as festividades programadas para a temporada de verão, quando a corte se mudasse para Sintra, haviam-no entediado. Há quase trinta anos a serviço do rei, ainda não se habituara. Continuava considerando um despropósito discutir-se futilidades num Conselho Real.

– Receio que as novidades não sejam boas – falou em tom protocolar, atraindo as atenções para si. – Recebi mensagem daquele nosso jogral, infiltrado nos palácios da *Cité* de Paris. Segundo consta, Sereníssimo, os franceses estariam preparando uma nova investida contra o Brasil.

– Pelo sangue de Cristo! Não mo digas que vão começar com isso outra vez.

– Temo que sim – afiançou, apoiando com elegância as mãos entrelaçadas sobre a mesa. – A se crer no que diz o nosso espia, tão logo consigam sufocar a rebelião na Aquitânia, aquela causada pelo imposto do sal, devem voltar as atenções para a vossa província de Santa Cruz.

Dom João Terceiro, o terceiro João a sentar-se no trono português, girou no dedo o rico anel de diamantes que lhe mandara de presente o rajá de Narsinga, nas Índias, pensando que Castanheira parecia mesmo o arauto das más notícias. Novidade ruim era sempre ele quem trazia primeiro. E aquela falta de tato, aquela inapetência para fazer rodeios, aquele estilo direto, às vezes o aborreciam. De todo modo, tinha de reconhecer: o amigo era dos poucos que nunca lhe escondiam nada. Por isso confiava nele.

– E tu acreditas nisso, ó Castanheira?

– Acredito, Sereníssimo. Na verdade, penso que, se Vossa Majestade não tomar uma atitude decisiva, vamos acabar perdendo aquelas terras para o Henrique de França.

– Que se percam – retrucou o príncipe João Manuel, filho do rei, obrigado pelo pai a participar de algumas reuniões do Conselho, ainda que mal contasse onze anos. – Aquilo lá nunca nos rendeu coisa alguma.

– Não é bem assim, Alteza – argumentou o conselheiro em tom professoral, procurando mostrar-se tolerante com

o jovem candidato a rei. – Com o pau-de-tinta tem-se ganho uns cem mil cruzados por ano. De Nova Lusitânia nos chega bastante açúcar à Casa das Índias¹. Algum de São Vicente, também.

– Bem pouco, se comparado com o que nos rendem as Índias – contrapôs Dom Francisco Portugal, o conde de Vimioso, camareiro-mor do pequeno príncipe, indo em socorro do herdeiro presumível do trono.

Ataíde perscrutou o estado de espírito do rei e, como lhe parecesse que o monarca estivesse apoiando os seus pontos de vista, continuou:

– O lucro com as Índias, Dom Francisco, não vai durar para sempre. Se Vossa Graça se lembra, não é de hoje que falo nas reuniões do Conselho estarem os proveitos diminuindo, desde que os mercadores e financistas judeus começaram a fugir cá do Reino.

– Que o Henrique² não ouça tu falares isso – interpôs Dom João, em tom de blague.

O principelho emitiu sua risada atoleimada de menino *fraquito*, tão satirizada pelos cortesãos, e até mesmo pela criadagem, nas cavalariças e cozinhas do Paço.

– É verdade, Sereníssimo – aquiesceu Castanheira, aderindo ao gracejo real. – De todo modo, Vossa Majestade sabe melhor do que ninguém: os judeus são tão necessários a um país quanto os padeiros.

1-Espécie de alfândega e entreposto mercantil, sediado em Lisboa, para assegurar o monopólio real do comércio exterior. Por lá passavam todas as mercadorias provenientes do além-mar. A Casa das Índias as comercializava a preço predeterminado, retendo 30% do valor.

2-Dom Henrique, irmão do rei, arcebispo de Évora e inquisidor geral do Reino.

Com discretos gestos de cabeça, *o Piedoso* aprovava a intervenção.

– E com a fuga dos judeus mais abastados, por receio do Santo Ofício – continuou Castanheira – reduziu-se grandemente o comércio cá na Metrópole. Em decorrência, caíram as rendas do Tesouro. Resultado: estamos a dever mais de dois milhões de cruzados. Oitocentos mil, só de juros atrasados.

– Ora Castanheira! – replicou irritadiço o monarca, fincando os cotovelos na mesa, para melhor apoiar o queixo com os punhos. – Não carece que me lembres isso a cada dia. Como vedor da Fazenda, sabes muito bem que herdei um tesouro arruinado. Sabes que tivemos secas tremendas. Que sofremos a pestilência e até um terremoto em Lisboa.

– Naturalmente, Sereníssimo – aquiesceu o conde, com um gesto entre cortês e humilde, como se pedisse desculpas. – Mas é fato que o povo sofre. Gentes estão a morrer de fome pelo Reino inteiro.

– O que queres que eu faça, ó Castanheira? – retrucou o rei, reassumindo o seu ar de monge. – Cada um nasce onde ao Senhor Deus aprez. Sempre houve quem morresse de fome no mundo. Sempre haverá. É a sina do povo.

– Muita verdade, Majestade. Só não posso cá esquecer, como diz aquele velho ditado, que o homem propõe e Deus dispõe. E não me parece que o Criador se compraza em ver gentes morrendo de fome. São filhos Dele também.

– Onde queres chegar? – atalhou *o Piedoso*, carregado de pecados inconfessáveis, sempre temente de novos castigos divinos. Em vinte e três anos de casado, já perdera seis filhos legítimos, afora o bastardo Dom Duarte, nascido antes do casamento com Dona Catarina, a quem ele fizera arcebispo de Braga aos vinte e um anos.

– Que sei eu, meu senhor! Mas penso que o Brasil poderia ser a solução. Se colonizásseis de verdade aquela vossa conquista, poderíeis dar um trato de terra para as gentes desamparadas pela sorte, e colher muito açúcar.

O rei esboçou um pálido sorriso cúmplice. Adorava que lhe chamassem as novas terras como *sua conquista*. Encorajado, Castanheira prosseguiu. Defendeu que, pagando vinte e cinco por cento de juros anuais e uma dívida equivalente a mais de dois anos de receitas, o déficit do Tesouro era como uma bola de neve rolando serra abaixo: só aumentava. Urgia encontrar novas fontes de receita para o Reino.

– E aqueles empréstimos compulsórios que me induziste decretar? – espicçou o rei, com um sorriso irônico.

– Têm ajudado, Sereníssimo. Não resolvem o problema, todavia – alegou Castanheira algo constrangido, uma vez que ele próprio, como todos os nobres, havia sido dispensado de fazer os tais empréstimos. – Já o Brasil...

– Brasil... Ora o Brasil! – interrompeu o rei, um tom mais alto. – Não mandamos para lá o Martim Afonso? Não gastamos trezentos mil cruzados com a expedição dele? O que adiantou? Dinheiro jogado fora, isso sim!

– Concordo, Sereníssimo. Mas lá se vão quinze anos! Agora, o fato é que os franceses estão se mexendo outra vez. Infelizmente, acredito: se Vossa Majestade não tomar medidas rigorosas, correis o risco de perder Santa Cruz.

E se colocando na ponta do assento, para ficar mais próximo à mesa, o conselheiro argumentou que era preciso povoar de verdade aquela colônia. Que urgia levar para o Brasil o poder real: a justiça, os impostos e a força das armas.

– O que é preciso, se Vossa Majestade me permite a ousadia – concluiu o raciocínio Ataíde –, é ser não apenas o senhor de direito, mas também o senhor de fato daquela vossa conquista. Única maneira que vejo de manter os franceses longe do Brasil.

O rei cruzou as mãos por cima do ventre rechonchudo e ficou girando os polegares, ora num sentido, ora no outro.

– Verdade seja, ó Castanheira, não és o primeiro a mo dizer isso – assentiu Dom João, melancólico. – O Diogo de Gouveia, quando era reitor na Universidade de Paris, sugeriu o mesmo. Mas o que se há de fazer! Volta e meia não estamos dando combate aos corsários? Não já mandei umas tantas missivas e protestos para o Francisco de França, e agora para o herdeiro dele? Não firmei tratados? Não me comprometi a pagar dez mil cruzados ao capitão-mor da armada de França, para que ele próprio combatesse os piratas da Bretanha e da Normandia? Não até comprei a carta de corso, que o rei de França deu ao Jean Angot?

O caso acontecera no mesmo ano em que Martim Afonso fora mandado para iniciar a colonização do Brasil. De modo a evitar confrontos com a França, o rei de Portugal se submetera a pagar quatro mil ducados de ouro, para que Jean Angot, visconde de Dieppe, parasse de roubar pau-de-tinta das Terras de Santa Cruz. Mas também... Jean Angot era mesmo poderoso! Dono de mais de cem navios, o riquíssimo visconde francês ficara indignado com a morte, pelos portugueses, de homens seus no Brasil. Em represália, ameaçara bloquear o porto de Lisboa e declarar, em pessoa, guerra a Portugal.

– Não já dividi aquelas terras – continuou o rei – do mesmo modo que dividimos os Açores e a Madeira? Está bem. Concordo que as rugas entre os capitães donatários, colonos e nativos estão cá a me enfadar um tanto. Concordo que o contrabando me doe na bolsa. Mas Portugal precisa é de ouro, Castanheira! Ou de mercancias que possa trocar por ouro. Terra temos de sobra. Tanto no Algarve, quanto em África e nas Índias.

– Se me permitis, Sereníssimo – ajuntou o conselheiro, com inflexão de voz especialmente respeitosa. – A terra do Algarve não é boa. As Índias, como Vossa Majestade sempre diz, têm-se mostrado um sumidouro de gentes e de dinheiros. Em África, os mouros não nos dão sossego. Anos atrás o meu senhor não decidiu até abandonar as praças-fortes de Arzila e Alcácer-Ceguer, por ser muito caro mantê-las? Então... É certo que as tais capitánias hereditárias não foram bem-sucedidas no Brasil. Das quinze, apenas duas rendem alguma cousa. Mas Vossa Majestade sabe por quê? Na opinião deste vosso humilde conselheiro, porque o Brasil não é o arquipélago dos Açores, muito menos o da Madeira. É uma terra tão grande, que é quase impossível guardá-la. Tão longe, que muitos dos donatários nem para lá foram, e os que foram sentiram-se desamparados.

– Perdoai-me, Vossa Graça, mas isto não me parece justo – reagiu Alcáçova Carneiro, o velho secretário-geral do Reino. – Então alguns capitães não levaram para Santa Cruz esquadras bem apetrechadas, colonos e artífices? Não, o problema não é esse, senhor conde. O problema é que aquilo lá é uma terra selvagem. Os gentios *brasis* não até comeram o Francisco Coutinho!

– Todos sentimos muito a morte do teu amigo Coutinho, ó Carneiro – rebateu Castanheira, irritado. – Já morreu-se

e morre-se muito em África, e nas Índias, também. Isso não invalida o fato de que não seria nada bom perder o Brasil.

– Não sei por quê? – voltou a refutar com sarcasmo o pequeno príncipe, quase recém-saído da Sala dos Brinquedos para o Salão do Conselho.

– Por uma razão muito simples, Alteza – pontificou Castanheira, forçando-se à serenidade. – Espanha está enriquecendo com o ouro e a prata do Novo Mundo. Em torno do Brasil, já edificaram várias cidades.

– Cidades... – ironizou o jovem herdeiro. – Bem imagino!

– Cidades, sim, Dom João Manuel. Não as conheço, evidentemente, mas dizem que Assunção, Buenos Aires, Santiago e Lima crescem a olhos vistos. E tem mais! Como o Vimioso talvez não vos tenha dito, sabeis que o senhor vosso tio, o imperador Carlos Quinto, já criou bispados em Cuzco e Assunção, e até nomeou um arcebispo para Lima. E já que Sua Majestade Imperial não dá ponto sem nó... Não é à toa que conseguiu se fazer senhor do Sacro Império Romano-Germânico... Isso parece sugerir que deva ter planos grandiosos para o Novo Mundo.

Os cenhos crisparam-se. A despeito das terras e riquezas obtidas com a descoberta do caminho marítimo para as Índias; a despeito do rei de Portugal e o imperador Carlos Quinto serem duplamente cunhados; a despeito dos estreitos laços de parentesco que ligavam as famílias reais de Portugal e Espanha; os portugueses continuavam numa situação bem pouco cômoda. Somavam pouco mais de um milhão de almas, vivendo num território pequeno, de poucos recursos naturais, com fronteiras unicamente com o mar e com a Espanha. O mesmo problema de fronteiras que, ironicamente, se repetia no Brasil.

No Conselho, fez-se aquele silêncio constrangedor, de

quando verdades irrefutáveis são ditas e perfeitamente compreendidas pela audiência. Esforçando-se para disfarçar o tom de vitória, o conde de Castanheira continuou:

– Não creio que a prata esteja só no Peru. No Brasil deve haver muita prata, também. Ouro, talvez. É só uma questão de chegarmos aos sítios certos – arriscou, dirigindo o olhar para a cabeceira da mesa. – E se nada for feito, Majestade, correis o risco de acabar perdendo essas riquezas para a Espanha ou para a França. Mais dia, menos dia, Henrique de França invade e depois reivindica o Brasil para a sua Coroa. E nós não somos páreo para ele na Santa Sé. Vossa Majestade não pode esquecer que Henrique de França é casado com Catarina de Médici.

A citação sobre a Santa Sé abateu ainda mais os ânimos. Sem o aval da Igreja, nenhuma decisão importante era considerada válida nos reinos da Europa. E o papa Paulo Terceiro, que havia sido educado em Florença sob a proteção dos poderosos Médici, decerto não iria se colocar contra estes, tão intimamente ligados ao rei de França, em caso de uma disputa diplomática com Portugal.

– O que tu sugeres, ó Castanheira? – quebrou o silêncio Dom João, sentindo-se cansado de ser rei. Desde que o pai, *o Venturoso*, morrera vinte e oito anos antes, praticamente só havia sobrado para ele a administração de crises, uma atrás da outra, e sempre com o tesouro periclitando.

– O que eu sugiro? Bem... Penso que Vossa Majestade deveria nomear um governador-geral para o Brasil.

– Mas eu não já fiz isso com o Cristóvão Jacques, e o homem cometeu tantos desatinos que tive de voltar atrás!

– O desacerto, se me permitis, Sereníssimo, talvez tenha

sido terdes dado a Dom Cristóvão a concessão do comércio de pau-de-tinta. Penso em alguém de feitio completamente diferente. Não em mercadores, como o Fernando de Noronha ou o Cristóvão Jacques. Penso num tenente de Vossa Majestade. Alguém laborioso, para construir uma cidade fortificada, a meio caminho entre Nova Lusitânia e São Vicente. Alguém leal e de pulso forte, que possa instaurar a ordem, fiscalizar, gerar receitas para o Tesouro.

– Quiçá, o teu primo Martim Afonso... – ironizou o príncipe herdeiro.

– Por que não? – retrucou Castanheira, sem conseguir ocultar de todo a vontade que sentia de dar uns safanões naquele fedelho insolente, que vira nascer e carregara ao colo. – É um grande soldado. Um homem que já provou, por mais de uma vez, seu valor e sua fidelidade à Coroa.

– Esse não – atalhou o rei, varrendo a sugestão com um gesto, num tom de voz que proibia réplica. – Martim Afonso é ambicioso demais. Não quero mais o serviço dele.

– Por que não o Duarte Coelho? – propôs o conde de Almeirim, padrinho de Manoel de Moura, o escrivão do Paço Real, concunhado do donatário de Pernambuco. – Já está por lá mesmo...

– Um excelente nome – contrapôs Castanheira, fazendo o jogo da falsa concórdia. – Não creio, todavia, que ele aceite. Na última missiva que escreveu à Sua Majestade... Então, naquela carta, Duarte Coelho fez lá as suas queixas de praxe, mas mostrou-se realizado. Disse que conseguiu afastar os corsários, apaziguar os gentios, está indo bem na Nova Lusitânia³ dele. Entrado nos sessenta anos, receio que não tenha grande disposição para novas empreitadas.

3-As venturas e desventuras de Duarte Coelho, para erigir nos trópicos a capitania hereditária de Pernambuco, foram contadas no romance histórico *Nova Lusitânia*, do mesmo autor deste livro.

– Quem, então? – inquiriu o rei, cofiando pensativo a bem-apanhada e volumosa barba negra, que ajudava a compor a sua cara de monge. – Se é para ser governador-geral, se é para construir uma cidade, é preciso que seja um administrador competente.

– Muita verdade, Sereníssimo. Mas para bem representar Vossa Majestade, carece, igualmente, ser um homem bom e justo – bajulou o camareiro-mor do príncipe herdeiro.

– Concordo, ó Vimioso – assentiu o monarca, coçando o ouvido. – Mas seria bom que fosse de temperamento humilde e não por demais ambicioso. Do contrário, acabaria desejando ser vice-rei. E de vice-reis... Pelos santos óleos!... Bastam-me os das Índias. A pior das heranças que o senhor meu pai me legou!

Todos sorriram, em consideração ao real bom humor.

– Bem pensado, João – emendou Dom Luís, irmão mais novo do rei, que exercia forte influência na corte, a despeito do comportamento discreto e pouco dado a intrigas. – Mas, face às... às ameaças de França, é preciso que o tal homem seja um bom comandante militar.

– Naturalmente, meu bom irmão. Difícil é encontrar cá no Reino gente assim. Algum dos senhores se candidata? Algum dos meus nobres e fiéis conselheiros gostaria de ir governar a *Terra dos Papagaios*? – E sorrindo do próprio dito espirituoso: – Digo, essa província aí... o Brasil?

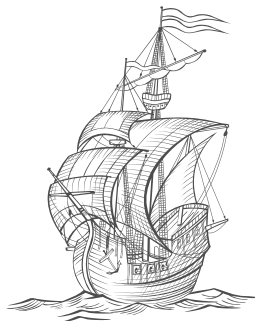
Ninguém se manifestou.

– Se me permitis – recobrou a palavra António de Ataíde, com artificiosa humildade. – Conheço um bom homem, que tem o perfil que o meu senhor cá está a exigir.

- De quem estás a falar, ó Castanheira?
- Vossa Majestade também o conhece. Chamaram-nos às armas, juntos. Tomé de Sousa, Sereníssimo!

Dom João recordava qualquer coisa. No Marrocos, uns vinte anos antes, numa batalha contra os mouros, o tal Tomé havia-se destacado por bravura. Mais tarde, em Arzila, de novo saíra-se com brilhantismo. Mandado para uma difícil missão em Cochim, nas Índias, fizera um excelente serviço. No regresso à Metrópole, por influência de Castanheira, havia galgado o primeiro degrau da fidalguia. Recebera da Coroa uma propriedade rural em Entre-Douro-e-Minho e, como senhor de terras, passara a fazer jus ao título honorífico de Dom. Dom Tomé de Sousa.

- Bem lembrado, ó Castanheira – elogiou o rei, dando dois tapinhas no tampo da mesa. – Se ninguém tem algo contra... Manda chamar o homem. Teu parente, pois não?
- Um primo bastardo, Sereníssimo – assentiu o invejado conselheiro, sem conseguir ocultar um sorriso vitorioso.



Capítulo 2

Imprevisível destino

No aposento pequeno e austero, de paredes e piso de pedra, teto de madeira rústica, raros móveis e adornos inexistentes, o senhor das terras recebeu o criado de pé e não o convidou a sentar-se. O rapaz tirou o barrete de pano e inclinou a cabeça no cumprimento habitual. Dom Tomé de Sousa cruzou os braços atrás das costas. O arquear das sobrelhas, emprestavam-lhe certo ar que bem poderia ser tomado por soberba. Não era muito alto, nem muito baixo. Contudo, gozando o *dolce far niente* do campo há uns dez anos, o ventre mostrava-se um tantinho pronunciado.

– El-rei – iniciou o fidalgo sem rodeios – houve por bem nomear-me governador-geral das Terras do Brasil.

– Nas Índias, senhor? – questionou o moço, sem conter o entusiasmo. As Índias eram o sonho dele, e de nove entre dez jovens de Portugal.

– Não. O Brasil é uma terra nova, que Dom Manuel, o pai de Dom João, mandou descobrir do outro lado do Mar Oceano. É a terra dos papagaios, e daquele pau-de-tinta que se usa para encarnar tecidos.

– O que dá aquele pó avermelhado, senhor?

– Aquele mesmo. É feito de uma árvore, também chamada de pau-brasil.

– Pau-brasil... – reticenciou, mexendo a cabeça. – Penso que já entendi. É por isso que o nome das terras é Brasil?

Conquanto gozasse da fama de homem sisudo, de poucas palavras, Dom Tomé não conseguiu se furtar a ensaiar um sorriso. Não era à toa que a esposa, Dona Maria, e a filha Helena, elogiavam tanto o tal Garcia d'Ávila. O rapaz era mesmo perspicaz.

– Creio que não. Pelo que sei, muito antes de se descobrir essas terras novas, o pau-brasil, ou *bois rouge*, como dizem os franceses, já era conhecido nas tecelagens da Normandia. Mas isso não vem ao caso – interrompeu a dissertação, caminhando até o aparador para servir-se de uma taça de vinho. – O que importa é que eu estou de partida para o Brasil. El-rei confiou-me um serviço dele. Mandou-me construir uma fortaleza. Uma cidade fortificada.

– Uma cidade inteira, meu senhor, assim como Póvoa de Varzim?

– Mais ou menos. Uma cidade grande e bem guardada, para ser a sede do governo-geral da colônia.

– Que grande serviço! Que Nosso Senhor Deus auxilie e proteja Vosmecê.

O fidalgo tomou um gole do vinho. Depois passou uma das mãos pela barba espessa e torceu a ponta dos bigodes.

– Mas não é só a cidade. Tenho outras tarefas a cumprir. El-rei mandou-me explorar a costa, dar perseguição aos corsários... Muito serviço. Daí estar a precisar de gente trabalhadora e de honradez.

- Existe muita gente assim, senhor.
- Eu sei – assentiu, voltando a regar a garganta com o vinho do porto, que costumava bebericar entre uma refeição e outra. – A questão é que el-rei está mandando muita gente graúda comigo. O provedor-mor, um ouvidor, o tesoureiro da Fazenda, escritvães, meirinhos, oficiais de armas... Gente que não conheço. Preciso de alguém da minha confiança. Gente que queira servir a el-rei e a mim.
- Se o meu senhor confiar-me o serviço... – apressou-se em propor Garcia, com um sorriso tímido.
- É o que eu estava cá a pensar – admitiu, coçando as brotoejas do pescoço, por baixo da barba farta. – És judeu, meu rapaz?
- Deus me livre, senhor.
- Cristão-novo?

Garcia fez cara de quem não entendeu.

- Cristão-novo, marrano, judeu convertido...
- De jeito nenhum, senhor.
- Isso é bom. Já tenho problemas de sobra. Diz-me cá. A minha filha, a menina Dona Helena, contou-me que sabes escrever. Verdade? Sabes também fazer as contas?
- Sei um pouco, sim, senhor.
- Já tiveste essa febre aí, a tal da bexiga?
- Graças a Deus, não, senhor.
- E a boubá¹?
- Não, meu senhor.

Perguntou se Garcia era casado ou se vivia amancebado. E diante da negativa:

1-Sífilis e, por extensão, doenças venéreas em geral.

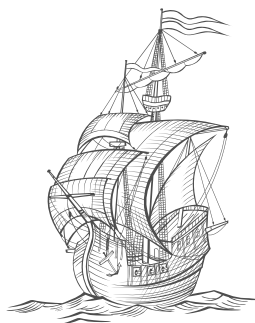
– Uma pena. Careço povoar aquelas terras. Mas não há de ser nada. Dizem que entre os gentios de lá, existem raparigas bem fornidas e de muito bom parecer.

O rapaz sorriu. Para sua surpresa, o fidalgo parecia daquela vez mais simpático do que sempre sugerira a sua grave figura. Naturalmente, precisava ser tratado com a distância e a reverência devidas. Contudo, de certa maneira, dava para se sentir algo à vontade em presença dele.

– Prepara-te então. Tens indicação de alguém para cuidar dos teus afazeres cá na quinta?

– Assim de estalo, não, senhor. Mas não há de faltar.

– Encontra, então, e mo traze – concluiu o amo, se pondo de costas e caminhando em direção ao aparador, para servir-se de mais vinho. – Deveremos estar de partida no início do ano que vem. Por enquanto é só. Podes ir.



Capítulo 3

Adeus à pátria

Era madrugada de sexta-feira, 1º de fevereiro de 1549. Fazia frio. Há pouco haviam levantado âncoras ao largo da praia do Restelo, a meia légua de Lisboa. O grande porto, a Ribeira das Naus, aos pés do Paço, encontrava-se assoreado. Embarcações pesadas corriam o risco de encalhar. Agora, com velas enfunadas por ventos de feição, os sete navios singravam a foz do Tejo, para adentrar no Mar Oceano.

Da amurada do castelo de proa da nau *Conceição*, a capitânia, Garcia d'Ávila observava fascinado a movimentação a bordo. O corre-corre dos mareantes para seguir as ordens gritadas pelo contramestre; o empurra-empurra das gentes de armas demarcando seu espaço; o entra e sai de colonos pelas escotilhas da entrecoberta; o incessante movimento no convés. Aquilo tudo era uma experiência nova. Distração envolvente para quem, como ele, vivia no campo, em terras de cortiça e olival. Em todo o caso, estava ali como criado do capitão-mor da flotilha e futuro governador do Brasil. Tinha obrigações a cumprir. E friccionando os braços para espantar o frio, balançando um pouco por conta do entrechoque do navio com as ondas

marinheiras¹, o rapaz desceu as escadinhas do castelo de proa e caminhou em direção ao grande camarote.

Era ali, no extremo oposto, pouco acima do leme, que iriam se alojar – sabe-se lá por quanto tempo – o governador, os outros dois fidalgos e mais o vigário designado para a futura cidade: o padre Manuel Lourenço.

A instalação ocupava toda a largura e talvez um quinto do comprimento da nau. Compreendia quatro pequenas cabinas de madeira, enfileiradas aos pares ao longo do corredor, com um recinto maior ao fundo. Um espaço com mesa para refeições, envidraçado na parte de trás por retângulos de vidro encaixilhados em delicados filetes de chumbo. E a um canto, em especial consideração às esposas dos dois fidalgos que viajavam com Dom Tomé, fora mandado construir o *quartinho e necessária*. Em outras palavras, um cubículo avançado, equipado com privada, aberta diretamente para o mar.

Enquanto pendurava algumas roupas do senhor e arrumava-lhe o catre, Garcia ouviu mulheres a cochichar. Tratou de apurar o ouvido.

– É preciso cuidado com esse tal de Sousa – maliciava baixinho uma. – Não é mesmo que teve a coragem de partir sem os padres da Companhia de Jesus!

– Eles se atrasaram, Mariinha – apartou outra voz feminina. – Não podíamos perder a maré alta. Dom Tomé deixou a nau *Salvador* esperando por eles. Partem com a próxima preamar.

– Hum!... Eu é que não confio nesse homem. Um

1-Ondas altas, habituais em enchentes ou vazantes da maré.

bastardo, minha querida. Um bastardo! Falam até que é filho de padre.

– Quiçá não. Diz o senhor meu marido só ter escutado falar boas cousas dele.

Garcia afastou-se discretamente e saiu para o convés. Bem que o senhor lhe havia prevenido. Das mais de mil e quinhentas pessoas que estavam seguindo com eles para o Brasil, trezentas e vinte iam recebendo ordenado, e nenhuma fora contratada por Dom Tomé. O conde de Castanheira conseguira fazer do primo governador-geral. Os demais conselheiros do rei, nomearam-lhe os auxiliares. Pêro Borges, por exemplo, marido de uma daquelas senhoras, que iria fazer justiça como ouvidor, fora indicado pelo conde de Vimioso. Pedro Ferreira, marido da outra, apadrinhado por Alcáçova Carneiro, secretário-geral do Reino, seria o tesoureiro da Fazenda. Mas estes eram apenas dois dos altos-comissários. Ao todo, a comitiva somava mais de mil e quinhentas almas. Não obstante, gente de confiança do governador só havia ele: Garcia d'Ávila. Não era de mexer com os brios?

Dirigiu-se à amurada do castelo de popa, onde Tomé de Sousa acabava de desejar boas-noites ao padre e aos dois fidalgos. Todos se haviam postado ali, apreciando as manobras do piloto para vencer as ondas do antigamente chamado Mar Tenebroso.

– Vim ver se o meu senhor carece de alguma coisa.

– Preciso não, meu rapaz. Ainda custa a amanhecer. Logo mais vou-me recolher para descansar um pouco. Tu já arranjaste tudo lá embaixo, pois não?

– Dentro dos possíveis, está tudo arrumado, meu senhor.

– Ótimo. Trata de te recolher, então. Conseguiste um lugar para ti?

– Consegui, meu senhor. Boca, o cozinheiro, deixou que eu me acomodasse na despensa dele.

– Só não me vás furtar coisa alguma, rapaz. Lembra-te que estão todos de olho em ti.

– Furtar! Deus me livre, senhor. Prefiro morrer de fome.

– Melhor assim. Podes ir, então. Em precisando de ti, mando-te chamar.

Garcia fez um cumprimento com a cabeça e ia se retirando. Súbito pareceu mudar de ideia e voltou sobre os próprios passos.

– Dom Tomé... Sabes aquelas duas senhoras, as esposas de Dom Pedro e de Dom Pêro?

– Naturalmente. O que houve com as senhoras?

– Uma estava falando mal do meu senhor.

– Assim, logo no início da viagem!

– Verdade seja, só uma falou mal. A mais velha. Dona Mariinha. A outra até defendeu Vosmecê. Sabes o que ela estava falando? Que o senhor era filho de padre.

– Futricas de mulher, não me contes – reclinou, com um gesto de impaciência. – Tenho pavor a isso. É como te disse, rapaz: essas gentes da corte não são como em Póvoa de Varzim. É preciso tomar cuidado. Mas não quero saber de futricas. Só me traze o que julgares realmente importante e necessário.

– Como queiras, meu senhor.

– Boa noite, então. Podes ir.